

## Editorial

Entre os dias 23, 24 e 25 do mês de maio de 2018 foi realizado na Universidade Federal do Piauí, na cidade de Teresina, o **XI Encontro Hannah Arendt**, em comemoração aos sessenta anos da obra *A Condição Humana*. O resultado das discussões é apresentado neste dossiê publicado pela Revista Pensando.

Hannah Arendt tornou-se conhecida mundialmente com a publicação de *Origens de Totalitarismo*, em 1951, mas foi com sua obra *A condição Humana*, em 1958, que ela se tornou reconhecida como uma das mais instigantes pensadoras do nosso tempo. O fio que vincula as duas obras é um esforço contínuo de Arendt em compreender a experiência do Totalitarismo a partir de diversos elementos cuja origem pode ser apreendida com um olhar atento ao processo de despolitização que marcou a modernidade. Não é sem propósito que sua preocupação, como consta no prólogo de *A condição Humana*, é pensar o que estamos fazendo e reconsiderar a condição humana a partir de nossas experiências mais recentes.

Os artigos que compõem esse dossiê mostram a atualidade do pensamento de Hannah Arendt, ao mesmo tempo em que são um convite para pensar os diversos fenômenos políticos abordados pela autora, a exemplo da indistinção entre as esferas privada e pública; o esfacelamento do domínio político; a transubstancialização da liberdade pública em mera liberdade individual; a perda do interesse público em detrimento da saciedade das necessidades biológicas; a substituição da ação, da fala livre e plural que marcam o espaço público pela prática da violência, intolerância e discriminação.

De maneira breve, podemos apresentar os artigos da seguinte forma: Fernando Nascimento, no texto **“A atualidade de A condição humana: o que estamos fazendo”**, reflete sobre a atualidade e o alcance da obra *A condição humana* de Hannah Arendt, a partir da afirmação da autora sobre “o que estamos fazendo”, com destaque para os problemas políticos na contemporaneidade, a exemplo do terrorismo, da crise humanitária dos refugiados, do avanço da ultradireita em escala mundial. Odílio Alves Aguiar, em **“A lei e a pluralidade em Hannah Arendt”**, procurou analisar a relação entre lei e pluralidade humana a partir das considerações reflexivas de Arendt acerca dos refugiados. Maria Cristina Müller, em seu texto **“O declínio do domínio público e o encantamento com o privado”**, caracteriza os domínios público e privado, segundo Arendt, e atualiza a crítica da autora acerca da paulatina confusão entre ambos os domínios, provocada pela promoção do social. Newton Bignotto, em seu artigo **“Imortalidade e História”**, trata do problema da imortalidade e de sua relação com o conceito de história por meio da análise conjunta de capítulos de *A Condição Humana* e de trechos dos Cadernos Filosóficos de Hannah Arendt. José Luiz de Oliveira, em **“O sentido político do perdão na perspectiva de Hannah Arendt”**, revela que, a despeito do caráter religioso do perdão, o que interessa a Arendt é a sua dimensão política, pois é essa condição que torna possível a efetivação da ação, análises que se aproximam das que Adriano Correia realizou em seu artigo **“Arendt e Auden sobre o perdão”**, em que o autor procura lançar luz a respeito da discussão que Arendt e Auden estabelecem sobre a distinção entre perdão e indulto judicial e também sobre a compreensão cristã do perdão. Já Vanessa Sievers, em **“Ação e narrativa: reflexões a partir de Hannah Arendt e Karen Blixen”**, buscou compreender por que Arendt afirma que as histórias são posteriores à ação e que é um equívoco tentar inverter essa ordem, sob pena de eliminar a liberdade da ação. Em **“Hannah Arendt: el “quién”, una antropología para la filosofía política”**, Beatriz Porcel procura mostrar que a filosofia de Hannah Arendt pode ser lida em um contexto da antropologia política, na medida em que a autora estabelece a existência de um

mundo humano plural, que só se torna possível através da manifestação de seres únicos e singulares. Helton Adverse, em seu texto **“Arendt e a democracia representativa”**, examina os fundamentos das críticas de Hannah Arendt à democracia representativa, bem como demonstra que as reservas da autora a respeito da democracia representativa não conduzem, em absoluto, à sua completa rejeição. Por fim, Rodrigo Ribeiro, em seu artigo **“Totalitarismo e desumanização liberal”**, analisa a contribuição original da obra *A Condição Humana* para a redefinição do significado político da liberdade em suas determinações democráticas fundamentais e para a crítica da desmundanização (*worldlessness*) como a base comum sobre a qual se fundam as nossas mais recentes experiências políticas.

Feitos humanos são imortalizados quando se constrói uma narrativa em torno deles... As narrativas contidas nos artigos que compõem o dossiê Hannah Arendt concedem ao XI Encontro Hannah Arendt uma imortalidade, uma perene lembrança que ficará latente na memória.

Setembro, 2018

Teresina, PI

Comissão Organizadora